

ROTEIRO DE ESTUDO / ATIVIDADES

3º TRIMESTRE - 2021

UME: PROFESSOR FLORESTAN FERNANDES

ANO: 8º ANOS - COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA

PROFESSORA: MARIA DE FÁTIMA SANTOS CONDE AMIEIRO

PERÍODO: 18/10/2021 a 29/10/2021

Habilidades trabalhadas: (EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.

ROTEIRO DE ESTUDO - 9º ANOS

1 - Leia o texto atentamente;

2 - Responda as questões no caderno.

## Lei de Terra de 1850 no Brasil



A Lei de Terras, sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850, foi uma lei que determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do Segundo Reinado.

Estabelecer a compra como única forma de obtenção de terras públicas. Desta forma, inviabilizou os sistemas de posse ou doação para transformar uma terra em propriedade privada.

O governo imperial pretendia arrecadar mais impostos e taxas com a criação da necessidade de registro e demarcação de terras. Esses recursos tinham como destino o financiamento da imigração estrangeira, voltada para a geração de mão-de-obra, principalmente, para as lavouras de café. Vale lembrar que o tráfico de escravos já era uma realidade que diminuía cada vez mais a disponibilidade de mão-de-obra escrava. Dificultar a compra ou posse de terras por pessoas pobres, favorecendo o uso destas para fins de produção agrícola voltada para a exportação. Este objetivo foi alcançado pelo governo, pois esta lei provocou o aumento significativo nos preços das terras no Brasil. Os grandes proprietários rurais foram favorecidos pois passaram a ser os únicos detentores dos meios de produção agrícola, principalmente a terra, no Brasil. Tornar as terras um bem comercial (fonte de lucro), tirando delas o caráter de status social derivado da simples posse.

A lei possibilitou a manutenção da concentração de terras no Brasil, regulamentou a propriedade privada, principalmente na área agrícola do Brasil, aumentou o poder oligárquico e suas ligações políticas com o governo imperial e dificultou o acesso de pessoas de baixa renda às terras.

Muitas perderam suas terras e sua fonte de subsistência restando a estas apenas o trabalho como empregadas nas grandes propriedades rurais, aumentando assim a disponibilidade de mão-de-obra.

A Lei de Terras aumentou os investimentos do governo imperial na política de estímulo à entrada de mão-de-obra estrangeira, principalmente europeia, no Brasil e favoreceu a expansão da economia cafeeira no Brasil, na medida em que a

Lei de Terras favoreceu a elite agrária brasileira, principalmente da região Sudeste.

Responda:

- 1) O que determinava a Lei de Terra no Brasil?
- 2) O que o governo pretendia com esta lei?
- 3) Explique porque os grandes proprietários de terras foram favorecidos com a lei?
- 4) Com é a relação da Lei de Terras com os investimentos no Brasil?